

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



SPGL



ESCOLA Informação

Nº 288 junho/julho . 2019 . MENSAL . 0.50€

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa



SPGL Lista **S** vence as eleições

| José Feliciano Costa novo Presidente do SPGL |



FENPROF: Mário Nogueira reeleito
Secretário Geral da FENPROF



3 Editorial

4 Eleições SPGL

4. A nossa presença nas escolas é reconhecida, mesmo na discordância
5. Resultados gerais
6. Um olhar sobre as eleições 2019
7. Sobre Requerimentos/Recursos apresentados pela Lista A no processo eleitoral do SPGL

8 13º Congresso Nacional dos Professores

8. A presença do SPGL no 13º Congresso Nacional dos Professores
13. Seminário Internacional
14. Entrevista com Roberto Leão



PÁGINA 4



PÁGINA 8

Não transformemos as vitórias em derrotas nem as derrotas em vitórias

Na atual situação da intensa luta dos docentes pela recuperação do tempo de serviço “roubado” há dois discursos recentes que devem ser analisados criticamente. Um, negativista, considera que os professores e educadores sofreram uma derrota e que o ME se limitou a dar-lhes umas migalhas. Há quem defenda mesmo que, numa atitude de protesto e resistência, se deve recusar aceitar a contagem do tempo “imposta” pelo ME/Governo e considerar que o tempo foi inteira e definitivamente “roubado”. Um outro discurso pretende sublinhar que os 2 anos, 9 meses e 18 dias decretados pelo ME/Governo são uma vitória dos docentes, uma vez que a posição inicial do governo era não contar tempo nenhum dos 9 anos 4 meses e 2 dias em causa.

Não transformemos em derrota o que o não é, não apreçoemos vitórias que ainda o não são.

É verdade que a luta obrigou o governo a sair da sua inicial radical posição negacionista. Mas estamos ainda muito longe de proclamar vitória. Vitória que vamos conseguir porque a nossa causa é mais que justa e a vontade de por ela lutar não esmorece.

Os sócios não se deixam enganar

Um dos aspetos mais inesperados das recentes eleições para os corpos gerentes do SPGL foi a atribuição das letras às candidaturas. Uma longuíssima tradição atribuía à lista da direção que se recandidatava a LETRA A, sinalizando ser uma lista de continuidade do trabalho que estava a ser desenvolvido. Quem se apresentava como oposição e propunha mudança ou rotura com a direção em exercício, apresentava-se como LETRA B, V, ou C, ou qualquer outra. Para os sócios a simbologia era clara: se consideravam aceitável o trabalho desenvolvido pela direção cessante votavam A; se tinham da direção uma imagem negativa votavam na outra lista.

Nestas eleições, a lista “presidida” por B. Batista decidiu romper com a tradição e fez questão, após uma longa vigília noturna à porta do sindicato, de se apresentar como Lista A (sendo a primeira lista a ser entregue) ao mesmo tempo que se propunha romper com a direção em exercício - intenção bem explícita no (estranho) lema escolhido: “É tempo de sermos sindicato”.

Se a intenção era baralhar os sócios, tomando-os por parvos, a lista A teve a resposta que merecia... ■

Miguel André

De lutar não desistimos

Caros colegas,

Neste meu primeiro editorial e em nome da Direção recentemente empossada para o mandato de 2019/2023, quero saudar todos os sócios do Sindicato de Professores da Grande Lisboa.

Esta é a Direção que junta a experiência do trabalho sindical, ao rejuvenescimento sempre necessário, integrando aqueles que conosco quiseram iniciar este caminho aliciante que é a atividade sindical.

O SPGL é o maior sindicato de professores em Portugal; o percurso que tem feito nos 45 anos da sua existência, é um percurso alicerçado na profunda ligação aos professores e às suas preocupações e isto só é possível porque temos uma forte ligação às escolas.

Somos defensores de um sindicalismo democrático e plural, convivemos bem com as diferenças e sempre demos espaço ao debate de ideias, sem constrangimentos, sem silenciamentos e sem exclusões. Sabemos que é da diversidade de opiniões e do confronto de ideias que se constroem coletivos fortes.

Não queremos estar sozinhos, nunca quisemos e muitos dos elementos da direção que inicia agora o seu mandato, iniciaram, também, no 13.º Congresso da FENPROF, o mandato para os órgãos da nossa Federação, nomeadamente o Conselho Nacional, o Conselho de Jurisdição e o Secretariado Nacional.

O Congresso, onde estivemos, como sempre, interventivos e solidários, foi antecedido, na véspera, de um seminário internacional, no qual sindicalistas de todo o mundo partilharam conosco as realidades dos seus países, as suas lutas, conquistas e retrocessos, proporcionando a todos nós momentos extremamente enriquecedores.

Este Congresso, cujo lema foi “Carreira Docente Dignificada, Condição de Futuro”, assumiu-se como um fórum de análise e discussão de propostas e de assunção de compromissos. Muitos dos delegados do SPGL, alguns deles participando pela primeira vez, deram, mercê das suas intervenções, um contributo importantíssimo para o sucesso dos trabalhos.

Este evento acontece num momento de extrema importância para todos nós, professores, educadores e investigadores. Estão em curso lutas pela dignificação das nossas carreiras e pelo futuro da Educação, tendo sido aprovada uma Resolução sobre a Ação Reivindicativa que norteará a luta que iremos desenvolver e na qual o SPGL participará de forma empenhada e solidária.

Colegas,

Aproxima-se o momento das eleições legislativas e a composição da nova Assembleia da República, já a partir de 6 de Outubro, será muito importante no desenrolar das lutas que iremos travar. Destaco, desde já, a manifestação nacional marcada para o dia 5 de Outubro, data que assinala, também, o Dia Mundial dos Professores.

Se, em resultado das eleições, surgir uma “maioria confortável” na Assembleia da República, teremos fortes motivos para ficar preocupados. Conhecendo os inúmeros abusos e ilegalidades que se têm registado no que concerne aos horários de trabalho, o Ministério da Educação, tudo indica, vai voltar a aprovar um despacho de organização do ano letivo sem nenhuma alteração, dispensando os processos negociais a que está obrigado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, revelando, assim e uma vez mais, um enorme desrespeito pelos professores.

Aproximam-se as merecidas férias e, em Setembro, iniciaremos um novo ano escolar. O 13.º Congresso da FENPROF definiu como prioritárias várias questões: o combate ao envelhecimento dos professores, exigindo um regime específico de aposentação; o fim da precariedade, flagelo que continua a afetar milhares de docentes; e ainda a recomposição da carreira docente, com a exigência da recuperação integral de todo o tempo de serviço congelado.

Em setembro, o SPGL estará, de novo, nas escolas, com os professores a informar, a apoiar e a mobilizar.

Esta é matriz deste sindicato, é o compromisso que desde já assumimos. ■

ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre foto de Felizarda Barradas **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



A nossa presença nas escolas é reconhecida, mesmo na discordância

Decorreu no passado dia 3 de junho a sessão pública de tomada de posse dos corpos gerentes eleitos em 16 de maio.

Cumpridas as formalidades, e após a intervenção de Artur Batista, reconduzido como presidente da Mesa da Assembleia Geral, coube a José Feliciano Costa intervir, na qualidade de presidente da direção eleito.

Na sua intervenção começou por saudar a presença dos convidados presentes: representantes da CGTP-IN, da União de Sindicatos de Lisboa (USL) da Frente Comum, o secretário-geral da FENPROF e representantes dos sindicatos que integram a federação. Após apresentar os resultados das eleições (*ver quadro anexo*), José Feliciano Costa sublinhou que “a Lista S apresentou-se como lista de continuidade, que assumiu o trabalho desenvolvido pela

anterior direção, coletivo que, aliás, integrou maioritariamente este projeto de continuidade, mas que procurou sempre renová-lo com a entrada de novos candidatos que, na sua esmagadora maioria, já tinham dado provas no ativismo sindical”.

José Costa sublinhou que “os sócios, ao votarem maioritariamente na Lista S, reconheceram a nossa presença nas escolas”, que considerou ter sido e continuar a ser a “matriz do SPGL”.

O presidente eleito passou então em revista os momentos mais marcantes da vida sindical dos professores desde o momento da fundação do sindicato (2 de Maio de 1974) insistindo no contributo determinante do SPGL para as vitórias alcançadas. Esta real presença e visibilidade do SPGL nas escolas manteve-se apesar “da redução de cerca de 2/3 dos seus créditos para o trabalho sindical (imposta pela atual legislação)”. E, confiante, J. Costa garantiu que “queremos continuar a estar presentes nas escolas e na nossa área de influência sindical; nenhum outro sindicato de professores o faz como nós”.

Afirmou ainda que “a nossa visibilidade é (também) uma realidade nas ruas”, sublinhando a forte presença do SPGL nas grandes manifestações e concen-

trações de docentes promovidas pela FENPROF, mas também nas ações de luta promovidas pela Frente Comum e CGTP-IN.

Referindo-se ao momento atual, José Costa considerou que “a atual solução governativa, viabilizada pelos partidos da esquerda parlamentar, criou nos professores justas expectativas” e reconheceu “que houve algumas mudanças positivas, nomeadamente na recuperação de alguns rendimentos em alguns setores da população, no descongelamento das carreiras e na mudança de alguns paradigmas ideológicos”. Mas que “muitas das justas expectativas saíram goradas” entre as quais a manutenção de “sobrecarga dos horários de trabalho que, associado ao desgaste provocado pelo prolongamento da idade ativa dos professores, tem implicado uma acelerada degradação das condições de trabalho nas escolas”, o “flagelo da precariedade” e “a ausência de respostas aceitáveis às propostas sindicais para a recuperação integral do tempo de serviço”, matérias que constituem “desafios que temos pela frente”. Mas “sempre os enfrentámos, nas escolas, com os professores e eles sabem disso: a nossa presença nas escolas é reconhecida, mesmo na discordância”.

Composição da Comissão Executiva

- José Feliciano Costa
- Anabela Delgado
- Albertina Pena
- Vanda Silva
- Cremilde Canoa
- Branca Gaspar
- Cristina Gouveia
- Felizarda Barradas
- Graça Dias
- Isabel Tavares
- João Olímpio Santos
- Luísa Barbosa
- Vítor Bento
- André Carmo
- António Anes
- António Nabarrete
- António Quitério
- Belmira Fernandes
- Carlos Leal
- Céu Silva
- Graça Sousa
- Hugo Wever
- João Pereira
- Manuel Micaelo
- Paula Rodrigues
- Rui Capão Andrade

ELEIÇÕES SPGL

2019 2023



16 DE MAIO

Corpos Gerentes | Conselho Fiscal | Conselho Geral

Eleições SPGL

- Lista S vence para direção central e direções regionais de Lisboa e Oeste.
 - Lista A vence para as direções regionais de Setúbal e Santarém.
- Para o Conselho Geral, a Lista S elege 18 elementos, a Lista A 13 e a Lista C 1.
 - Para o Conselho Fiscal, a Lista S elege 3 elementos, a Lista A elege 2.
 - A Lista S ganhou em todas as áreas académicas.

Eleição para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral (quadriénio 2019/2023)

Resultados Gerais por Eleição

Apuradas 245 de 245 mesas.

Inclui Mesa 1.9 - Votos Correspondência - Lote1

Inclui Mesa 1.8 - Votos Condicionais

Nº ELEITORES	ELEIÇÃO	Lista A	Lista S	Lista C	Votos Brancos	Votos Nulos	Total Votantes
13055	Mag/Dir C	1789	2428	0	153	38	4408
13055	Cons.Fiscal	1695	2282	260	143	29	4409
13055	Cons.Geral	1683	2309	245	140	31	4408
6996	DR Lisboa	683	1088	155	64	19	2009
2644	DR Setúbal	605	543	0	44	5	1197
1080	DR Santarém	231	179	0	12	5	427
1208	DR Oeste	120	361	0	14	0	495
220	DAA Univ 1	23	52	0	0	0	75
195	DAA Univ 2	16	27	0	2	1	46
223	DAA Polit.	15	32	0	3	0	50
65	DAA PartCoop	6	11	0	0	0	17

Mesas que não funcionaram:

40.3-ESCOLA BÁSICA ALHOS VEDROS
42.3-ESCOLA SECUNDÁRIA BAIXA BANHEIRA
19.4-ESCOLA BS FREI GONÇALO AZEVEDO
23.4-ESCOLA BÁSICA CASCAIS

Mesas anuladas CE:

63.3-ESCOLA BASICA PINHAL DE FRADES
1.3-ESCOLA BASICA EL REI D MANUEL I

Um olhar sobre as eleições 2019



Foto: Sofia Vilariques

Artur Batista
MAG

As eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Geral e Conselho Fiscal do SPGL para o triênio 2019-2023 foram realizadas no passado dia 16 de Maio. Num breve balanço de como decorreu o ato eleitoral nos momentos em que a MAG participou assinalamos, de uma forma positiva, a intervenção da Comissão Eleitoral (CE) neste processo. Salientamos o grau de profissionalismo, empenho e dedicação dos funcionários do SPGL que acompanharam todo este processo. A presença do elemento da direção responsável da organização, nas reuniões quando para tal foi solicitado, tornou-se num fator positivo para identificação e resolução de problemas surgidos durante o ato eleitoral.

Neste processo eleitoral, a MAG tinha dois objetivos para a sua consecução os quais foram conseguidos: procurar durante as reuniões da Comissão Eleitoral o consenso mais alargado possível nas decisões da CE; procurar validar o maior número de votos, pela consideração para com os sócios no seu ato de votação.

Foi realizada a contagem dos votos presenciais, dos votos por correspondência com credencial e finalmente dos

votos condicionais, como previsto no regulamento. Nas 243 mesas eleitorais registaram-se 2730 votos presenciais. Os votos por correspondência totalizaram 1208 e os votos condicionais 470, num total de 4408 votantes. Comparando com as eleições de 2015-2019, houve mais 101 votantes este ano, embora tenha havido menos 572 eleitores inscritos. O ato eleitoral e o apuramento dos resultados eleitorais realizaram-se com toda a transparência e rigor de acordo com os Estatutos e o regulamento eleitoral aprovado em Conselho Geral. Foram transmitidas e explicadas à CE todas as fases do escrutínio pela MAG a quem compete, pelos Estatutos, a organização e a direção do processo.

Queremos assinalar que não houve nenhuma proposta apresentada em CE que pusesse em causa todo o processo de organização da recolha de dados ou dos escrutínios efetuados. Todas as atas de contagem de votos das mesas, dos votos por correspondência e dos votos condicionais, foram assinadas por todas as listas, não constando nelas qualquer reclamação. Todo o processo decorreu com transparência no apuramento de dados, tendo sido fornecidos a toda a CE os documentos para o efeito com um tratamento de equidade a todas as listas. Mantivemos uma isenção e imparcialidade em relação às listas. Todas as atas da CE foram aprovadas por unanimidade.

Foi interposto recurso pela lista A. Apenas algumas notas, pois consideramos que devemos um esclarecimento aos sócios.

Dos 86 pontos do recurso cerca de 60 dizem respeito ao voto por correspondência que já tinha sido objeto de uma decisão do Conselho Fiscal. Os envelopes, contendo a credencial e os votos por correspondência, foram abertos pelos funcionários do SPGL na presença da CE. Seguidamente os votos por correspondência foram abertos pelos fun-

cionários e elementos da CE. Quanto às outras situações mencionadas no recurso não identificavam qualquer norma legal, estatutária ou regulamentar que tivesse sido violada.

Esta situação foi objeto de referência na ata do CF, no seu ponto 6, dizendo que não foi respeitado o regulamento por os envelopes serem abertos pelos funcionários mesmo na presença da CE. Ora o regulamento foi respeitado, pois o mesmo estabelece que os votos por correspondência são abertos pela CE, como tal aconteceu.

A solidariedade entre os diferentes órgãos de gestão é, para nós, um conceito essencial de funcionamento normal das instituições.

Nestas eleições a lista S teve uma maior expressão de votos nos votos presenciais, nos votos por correspondência e nos votos condicionais. O saber assumir a vitória é tão importante como reconhecer a derrota. O que não é possível é, com base na suspeição permanente, nas manobras dilatatórias e numa tentativa de impugnação inconsistente e sem qualquer motivo real, alterar o sentido de votação dos eleitores aos quais devemos demonstrar toda a consideração pela sua determinação expressa em voto.

A escolha dos professores nestas eleições está concretizada. Parabéns aos candidatos das listas S, A e C, eleitos para os futuros corpos gerentes.

Cabe, nestes próximos 4 anos, aos que agora tomaram posse levar a cabo com persistência, resolução e segurança a sua contribuição para o futuro da educação, a valorização da profissão docente e o incremento da investigação científica. Para isso é expectável que, independentemente da lista pela qual foram eleitos, contribuam para que o SPGL - o maior sindicato de professores - se mantenha dinâmico, ainda mais forte e coeso e com uma real e efetiva ligação às escolas. ■



Sobre Requerimentos/Recursos apresentados pela Lista A no processo eleitoral do SPGL (2019/2023)

Jorge Serra de Almeida
Conselho Fiscal

Desde Janeiro de 2019, apresentou a Lista A ao Conselho Fiscal, através de seis dos seus candidatos aos Corpos Gerentes do SPGL, vários documentos (sete!), a saber:

- a) em 30/01/2019, pedido de parecer sobre o Regulamento Eleitoral que, (pasmese!) ainda não tinha sido aprovado pelo Conselho Geral;
- b) em 18/02/2019, de uma só vez, quatro requerimentos sobre os votos por correspondência;
- c) em 14/03/2019, contestação da anterior decisão do Conselho Fiscal, tendo tido resposta (também) do Gabinete Jurídico do SPGL;
- d) em 29/05/2019, recurso sobre o ato eleitoral, pedindo a sua repetição (em 85 pontos, ao longo de 12 páginas, 75

diziam respeito aos votos por correspondência, matéria já julgada improcedente em todos os anteriores documentos); na véspera, já a Comissão Eleitoral dera como não provados fatos que configurassem qualquer irregularidade imputável ao processo eleitoral.

Algumas notas:

- 1) Carlos Vasconcellos (Lista C), em apenas 4 pontos e 10 linhas, escreve: “voto por correspondência... utilizado sistematicamente nas eleições do SPGL, pelo menos desde 1981, sem que tal tenha sido causa de... recurso... para qualquer pedido de impugnação” (Ata nº 11 da Comissão Eleitoral).
- 2) Todos os documentos apresentados pela Lista A (citados em a), b), c) e d)) foram julgados improcedentes (por consenso, não se tendo verificado qualquer votação).

3) Todas as atas (11) da Comissão Eleitoral foram assinadas pelas 3 listas e verificadas pelo Conselho Fiscal.

Dos 5 elementos deste órgão, 2 recandidataram-se pela Lista A, entre eles o seu Presidente; outros 2 recandidataram-se pela Lista S.

4) No parecer da Comissão Eleitoral referido em d), na página 4, parágrafo 5º, lê-se “... o Presidente da Direção Central recebeu queixas... denunciando irregularidades... durante a campanha eleitoral. Depois das averiguações realizadas sobre... queixas que punham em causa o comportamento de candidatos..., o Presidente da Direção Central concluiu pela não verificação de tais fatos. Logo, o... recurso não tem qualquer fundamento”.

O Presidente da Direção Central (não se recandidatando) foi apoiante explícito (e estava no seu direito!) da Lista A. ■



A presença do SPGL no 13º Congresso Nacional dos Professores

Nos dias 14 e 15 de junho, em Lisboa, decorreu o 13º Congresso Nacional dos Professores. Mário Nogueira (SPRC) foi reeleito secretário-geral da FENPROF. Manuela Mendonça (SPN) foi eleita presidente do Conselho Nacional e António Dutra (SPRA) foi reeleito presidente do Conselho de Jurisdição. Foram aprovados o Plano de Ação e a Moção de Ação Reivindicativa. Damos aqui destaque à intervenção do SPGL, pela reprodução parcial de algumas comunicações em que foram abordadas questões referentes aos diferentes setores de ensino. Em setembro voltaremos ao tema, com a reprodução parcial de intervenções centradas em problemas específicos e transversais.

Em defesa da contratação coletiva



Foto: Felizarda Barradas

“A FENPROF é a organização sindical que mais tem lutado pela valorização e dignificação da função docente no ensino particular e cooperativo incluindo o ensino artístico especializado e o ensino profissional, nas IPSS e nas Misericórdias”, sublinhou **Graça Sousa**, do Secretariado Nacional da FENPROF, na sua intervenção no Congresso.

“A FENPROF e os seus sindicatos construíram ao longo dos anos um percurso de luta sindical através da contratação coletiva, negociando convenções coletivas que garantiam melhores condições de trabalho, nomeadamente horários de trabalho, carreiras e salários dignos do exercício da profissão docente. Estas convenções pela importância

das matérias reguladas, constituíam o estatuto coletivo dos docentes abrangidos pelas mesmas”.

Entretanto, “com a revisão do Código de Trabalho em 2013, assistiu-se à degradação das leis laborais”. Neste quadro, “alguns sindicatos, apesar de não serem os mais representativos da maioria dos trabalhadores, fizeram o jeito às associações patronais e celebraram novas convenções coletivas, verificando-se que muitas das convenções publicadas, são de retrocesso e não de progresso, com perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores”.

Foi neste contexto que “a FENPROF se recusou assinar um novo contrato coletivo de trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo com a associação patronal (AEEP), tendo a convenção coletiva em vigor caducado em outubro de 2015”. E reafirmou “como prioridade na sua intervenção nestes setores de ensino, a luta em defesa da contratação coletiva, contra as regras da caducidade das convenções coletivas”.

“Entretanto, a FENPROF e os seus sindicatos já assinaram alguns Acordos de Empresa, que representam o EPC, EAE

e o EP, provando deste modo, que é possível negociar convenções coletivas que repõem direitos e dignificam a função docente nestes setores de ensino”.

Graça Sousa destacou ainda que “Relativamente aos docentes a exercerem funções em estabelecimentos de educação e ensino pertencentes a IPSS e Misericórdias, a FENPROF, na defesa dos seus direitos, continuará a exigir:

- A aplicação e o cumprimento efetivo das convenções coletivas aplicadas a estes setores, através de processo de mediação laboral na DGERT e denúncias na ACT;

- Na negociação coletiva, condições de trabalho iguais às do ensino público, no que respeita a horários de trabalho, carreiras e salários”.

E frisou: “A FENPROF também não desistirá de lutar pelo reconhecimento do tempo de serviço dos educadores de infância a exercerem funções em creche, para todos os efeitos, incluindo carreira e concursos, assim como exigir que o Ministério da Educação passe a tutelar pedagogicamente as creches”.

Uma carreira docente e de investigação científica dignificada é condição de futuro



Foto: Felizarda Barradas

“Uma carreira docente e de investigação científica dignificada é condição de futuro, futuro que se pretende ser risinho e com sucesso para todos nós, para a escola pública e para o nosso país!”. Este o ponto de partida da intervenção de **Tiago M. Dias**, do Secretariado Nacional da FENPROF.

“No ensino superior público, este mote não é novo. O Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) publicado há quase 40 anos, em novembro de

1979, visou a criação de *uma verdadeira carreira profissional* para os docentes do ensino universitário, assumindo-se a necessidade de *tornar a carreira docente mais digna e mais aliciante e de dar aos docentes a possibilidade de se valorizarem dentro das próprias Universidade*, bem como *garantir a estabilidade de emprego no Estado*. No caso do ensino superior politécnico, o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), publicado em julho de 1981, veio não só consagrar esta modalidade de ensino superior mas também reforçar a ideia da *valorização da função docente*.

Entretanto, “40 anos decorridos, constata-se que há ainda um longo caminho a percorrer para se atingir estes propósitos”. Pelo que se impõe lutar, em prol de uma carreira e da dignificação do trabalho.

“Preparemo-nos então para a luta da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), do ECDU e do ECPDESP, lutas chave para i) combater a precariedade laboral, ii) erradicar o regime fundacional, fonte de desregulação das relações laborais e de défice de funcionamento democrático na academia, iii) garantir a progressão nas carreiras, iv) assegurar a possibilidade de renovação geracional dos corpos docentes e investigadores, ou v) conseguir-se uma justa avaliação de desempenho, mas também para a guerra às Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPFSL) e por um financiamento estrutural, digno, justo e estável para o ensino superior e para a ciência. Esta é, em bom rigor, a condição essencial para a resolução dos vários problemas que afetam as carreiras dos docentes do ensino superior”. ■

Para quando a resolução dos muitos problemas que afetam o 1.º Ciclo e os seus professores?



Foto: Felizarda Barradas

“Em 29 de julho de 2016, a FENPROF aprovou a Carta Reivindicativa do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, lembrou **Manual Micaelo**, dirigente do SPGL.

“Atendendo, até, à solução governativa que tivemos nestes anos, esperava-se que as justas reivindicações dos professores do 1º Ciclo fossem atendidas e os problemas merecessem solução. Puro engano: a avaliação que fazemos é extremamente negativa, pois muito

pouco foi resolvido e muitos dos problemas que existiam até se agravaram”.

Por resolver:

No âmbito das condições de trabalho: Redução do número de alunos por turma (*apenas foi aprovada uma medida pouco mais que simbólica*); Redução do horário dos professores para 22 horas letivas; Consideração dos intervalos no horário letivo dos docentes (*só parcialmente resolvido*); Conside-

ração na componente letiva de todo o trabalho com alunos; Desenvolvimento das atividades de ocupação de tempos livres em horário pós-letivo e extinção do atual modelo de AEC;

No âmbito socioprofissional: Aprovação de um regime de aposentação que considere o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão; Dispensa total da componente letiva, em três períodos de um ano escolar cada um, após

cumprimento de 20, 25 e 30 anos de serviço, sendo vedada a atribuição de qualquer serviço com os alunos; Instituição de regras claras para afetação dos docentes às escolas dentro de cada agrupamento e criação de bolsa de docentes para substituições em faltas de curta duração; Redução das tarefas burocráticas que ocupam boa parte da atividade dos docentes;

No âmbito do sistema educativo: Gestão dos agrupamentos/escolas as-

segurada por órgãos colegiais; Inclusão obrigatória de um docente do 1.º CEB nas equipas diretivas; Eleição dos coordenadores de estabelecimento, departamentos e conselhos de docentes, bem como dos responsáveis pelas estruturas intermédias; Garantia do direito à formação contínua; Realização de um debate nacional sobre a organização do 1.º ciclo; Debate em torno da descentralização da Administração Educativa. ■

Foto: Felizarda Barradas



Melhorar aquilo que propomos enquanto professores e educadores de infância

Foto: FacebookK



No debate em torno do projeto de Resolução da Ação Reivindicativa, **Rosa Vaz**, Educadora de Infância, sócia do SPGL, Delegada Sindical, destacou, como muito positiva, a referência, no projeto, “ao facto de se dedicar o ano 2019/2020 em defesa da Educação de Infância”.

“No entanto faço um pequeno reparo”, disse. “Tendo aqui sido chamada a atenção, por vários colegas congressistas, sobre a importância de se pensar na situação dos educadores de infância que trabalham em creche, por um lado, e por outro lado na importância de se propor a criação de uma rede pública de creches ou de respostas para esta faixa etária dos 0-3 anos, penso que no âmbito deste parágrafo que refere o ano em defesa da Educação de infância também se devia referir esta faixa etária e este grupo de educadores que trabalha com ela”. Por outro lado, sobre a criação de respostas para a faixa etária dos 0-3 anos, “penso que é uma discussão que talvez devêssemos aprofundar um pouco mais no âmbito da FENPROF e de cada um dos seus sindicatos. Se é verdade que a creche é

uma resposta que servirá à maioria das famílias e das crianças nestas idades, e eu vejo a creche como uma resposta iminentemente educativa mas também com uma componente social, parece-me que se devem equacionar também outro tipo de respostas para esta faixa etária, nomeadamente a criação de espaços lúdicos, espaços educativos mas que tenham sobretudo um carácter supletivo ao da família, no caso das famílias que podem ter as crianças em casa até aos 3 anos, e que permitam, esses mesmos espaços, a socialização com outras crianças e também alguma intervenção educativa que apoie o seu desenvolvimento e aprendizagem. Esta é uma reflexão que ainda devemos aprofundar no sentido de melhorar aquilo que propomos enquanto professores e educadores de infância”. ■

Ser professor/a do 2º e 3º ciclos e secundário



Foto: Felizarda Barradas

O que é hoje ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário? Esta a questão colocada por **Ana Paula Rodrigues**, da direção do SPGL, e de que aqui sublinhamos alguns dos itens que referiu na sua intervenção no Congresso.

“Ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário é cumprir um horário de 22 tempos letivos, pautados pelos toques da campainha”.

“Ser professor do 2º e 3º ciclos e secun-

dário com um horário completo é ter 2 a 3 tempos de componente não letiva de estabelecimento ocupada, na maior parte das situações, com atividades como apoio ao estudo; apoio pedagógico a alunos; oficinas; laboratórios; atividades de enriquecimento curricular de regularidade semanal; funções de coadjuvação; substituições de professores; atividades no âmbito da biblioteca escolar; em suma, com atividades que apresentam uma clara ilegalidade, uma vez que se tratam de atividades letivas”.

“Ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário com horário completo é, em muitas escolas, ter vários níveis de ensino, poder lecionar mais do que uma disciplina, ter no mínimo quatro turmas, que podem chegar às 22 (...), se os alunos só tiverem um tempo por semana”. “Ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário também é elaborar diferentes formas de avaliação, corrigir testes, adaptando os instrumentos de avaliação às características dos alunos”.

“Ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário é ver multiplicado o número de reuniões consoante o número de disciplinas ou níveis que leciona, o departamento a que pertence, o número

de turmas e os projetos em que está integrado”.

“Ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário é ver completamente ocupada a redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79º do ECD com atividades e funções muitas das quais claramente letivas, quando esta deveria reverter para a componente individual de trabalho, o que vem aumentar o desgaste físico e intelectual dos docentes”. “Dado o elevado número de alunos por turma/docente, das funções associadas ao horário, da carga burocrática, das constantes alterações nos programas e legislação, da pressão das famílias, da avaliação externa e a resultante da transição dos alunos para o ensino superior, ser professor do 2º e 3º ciclos e secundário é cada vez mais uma tarefa hercúlea e excessivamente desgastante, que conduzirá num curto espaço de tempo à falta de professores nas escolas”, concluiu.

Para ultrapassar esses problemas, urge combater a sobrecarga de trabalho, respeitar a especificidade do trabalho docente, criar um regime específico de aposentação e combater a precariedade. ■



Foto: Felizarda Barradas

Um sindicalismo combativo e propositivo

Foto: Felizarda Barradas



“Em Outubro de 2015, os professores criaram justas expectativas, afinal tinha sido gerada na Assembleia da República uma alternativa diferente um acordo parlamentar inédito”, afirmou **José F. Costa**, presidente do SPGL, como ponto de partida da sua intervenção.

“De facto este acordo firmado entre PS, PCP, PEV, e BE, abria novas perspectivas.

“Portugal podia sair dos anos de Chumbo (entenda-se de peso) da troika.

“Dos anos em que empobrecer o país era o objetivo central. O ataque às funções sociais do estado passou a ser regra.

“Destruir para em cima da terra queimada, criar uma solução nova.

“Na Escola Pública procurou-se criar uma imagem muito negativa, assim se abria caminho á expansão do ensino privado. Construir um sistema dividido entre as escolas de elite as privadas claro e as públicas as escolas para o povo, as de menor qualidade.

“Claro que tudo isto à custa de dinheiros públicos”.

Mas – considerou – “se na primeira

metade da legislatura, o governo foi dando alguns sinais positivos, na segunda metade, as legítimas expectativas criadas foram-se desvanecendo”. No ano letivo de 2017, a FENPROF definiu um conjunto de questões que urgia resolver: aposentação, horários de trabalho, precaridade e claro a recuperação do TS, congelado.

“Depois foi o que se viu”, comentou o presidente do SPGL. E lembrou: “Esta legislatura termina já em Outubro próximo, é óbvio que o novo quadro político saído destas legislativas é muito importante, a correlação de forças criada no novo contexto, influenciará muito o que acontecer a seguir.

“Mas não é determinante. A determinação que pusermos na ação na luta essa sim é determinante”.

“No que a nós professores e educadores diz respeito, a Valorização da Profissão, e também a construção de uma Escola Pública de Qualidade, só se concretiza com um projeto, que conjugue um sindicalismo combativo e propositivo, ancorado com os professores nas escolas esse é o caminho”, concluiu José Costa. ■

Membros do SPGL eleitos para a Direção da FENPROF

Secretariado Nacional

- Albertina Jesus Moura Pena
- Anabela Pinharanda Delgado
- António Manuel Lopes Anes
- Branca Maria Pestana Gaspar
- Graça Maria Cabral Sousa Morgado Santos
- José Feliciano Correia Costa
- Vanda Maria Barreiros Lima Silva

Conselho Nacional

- José Feliciano Correia Costa
- Anabela Pinharanda Delgado
- Albertina Jesus Moura Pena
- Vanda Maria Barreiros Lima Silva
- António Manuel Lopes Anes
- Graça Maria Cabral Sousa Morgado Santos
- Luís André Ladeira Seixas Carmo
- Cremilde Maria Mata Canoa
- Branca Maria Pestana Gaspar
- Maria Felizarda Barradas
- João Olímpio Mateus Santos
- Vítor Manuel Ribeiro Bento
- Manuel Dias Micaelo
- António Joaquim Fonseca Silva Quitério
- António Miguel Silva Avelãs

Membros indicados para o Conselho Nacional da FENPROF pela Direção do SPGL

- Ana Cristina Nunes Gouveia
- Ana Paula Silva Ramos Rodrigues
- Belmira Cristina Gomes Fernandes
- Carlos Manuel Barroso Leal
- Hugo Sá Bandeira Wever
- Isabel Maria Santos Tavares
- João Carlos Carvalho Fonseca Pereira
- Luísa Maria Gonçalves Barbosa
- Maria Céu Garcia Silva
- Maria Graça Matias Dias

Conselho de Jurisdição da FENPROF

- José Luís Gorjão Henriques Cirilo Machado
- Augusto Francisco Rebotim Pascoal

Consultar documentos e notícias do Congresso em:

<https://www.fenprof.pt/13CONGRESSO/?aba=142>

Seminário Internacional

Tomamos os direitos como garantidos, mas na verdade é preciso continuar a luta



Fotos: Sofia Viariques

O que podemos aprender uns com uns outros e articular entre todos? Este o desafio lançado por Manuela Mendonça aos participantes no Seminário Internacional que antecedeu os trabalhos do Congresso da FENPROF, com o tema aglutinador “A Escola Pública exige professores qualificados e reconhecidos”, e que reuniu muitos dos convidados das 34 organizações (5 das quais de âmbito mundial ou regional) de 22 países da Europa, África, América do Norte e América Latina, Ásia.

Ligia Calapez
Jornalista

Ao longo do debate - que teve como ponto de partida breves informações sobre a realidade portuguesa, por Manuela Mendonça e João Cunha Serra - ressaltou, quer a diversidade de situações que marcam as realidades dos países dos vários continentes, quer elementos comuns que de algum modo podem alimentar processos partilhados de luta e solidariedades.

Definindo prioridades

Uma educação de qualidade para todos - o que implica professores qualificados e financiamento público adequado - foi apontado como uma prioridade fundamental por Susan Blocken, diretora do CSEE (Comité Sindical Europeu de Educação).

Na sua intervenção a diretora do CSEE referiu a necessidade de os sindicatos serem ouvidos e salientou a importância de pensar o conteúdo da profissão de professor, tendo como base a autonomia profissional, a liberdade académica. “Não podem ser os governos a dizer aos professores o que ensinar e como ensinar”, disse. Sublinhou ainda a importância do diálogo - um diálogo construtivo - como instrumento primeiro “para avançar”.

A educação para a cidadania mereceu particular destaque. “Tomamos os direitos como garantidos, mas na verdade é preciso continuar a lutar”, frisou Susan Blocken.

Situações particularmente difíceis, lutas e exemplos positivos

Angola pode ser considerada um dos exemplos de uma situação difícil (ainda que, atualmente, com perspetivas de melhoria). Um país em que a riqueza em petróleo coexiste com uma pobreza extrema. Elencando os múltiplos pro-

blemas com que se debate a escola e os professores, o presidente do Sindicato dos Professores de Angola referiu, nomeadamente, os professores das escolas rurais que não têm formação básica, as turmas superlotadas (70 crianças e mais), a inexistência de pré-escolar.

Em vários países da América Latina vivem-se igualmente situações particularmente difíceis. Uma realidade que é fruto também - conforme denunciou o delegado da Argentina - de uma programada intervenção dos EUA, organizada com ex-presidentes de direita do continente, envolvendo um plano de desprestígio de dirigentes de esquerda, com recurso à via judicial e com a cobertura de meios de comunicação social. Assim se assistiu a uma onda de governos de direita (ou tentativas de os impor), em países com as Honduras, Paraguai, Equador, Bolívia, Brasil, Argentina. Com graves consequências ao nível da escola - de que o Brasil é um exemplo paradigmático.

O que não impede que se lute, que se assumam a escola como lugar de democracia. “Os professores têm a possibilidade de fazer as perguntas adequadas”, lembrou o delegado argentino.

É de luta também a resposta, no Brasil, às políticas do governo de Bolsonaro. Uma luta em que se sucedem manifestações e greves, com particular destaque para a escola, as universidades, os professores e estudantes. E em que



a exigência de libertação de Lula está igualmente presente.

Um exemplo positivo vem-nos do México. Após seis anos de uma fase muito difícil, o país vive hoje um momento de transição em que se procede a uma importante reforma educativa, afirmando uma educação pública e laica. Sindicatos interventivos, diálogo social, contribuem decisivamente para que a esperança tenha lugar e se avance no sentido de uma educação ao serviço do povo.

Desqualificação dos professores

Mesmo em países ditos desenvolvidos

a escola se debate com situações difíceis e que põem em causa um ensino de qualidade.

No Reino Unido tem-se registado um aumento de professores não qualificados (cerca de 20 mil). 22% dos professores de Matemática não têm qualificação específica.

No Japão os professores do ensino básico trabalham 80 horas extraordinárias mensais. 20% dos professores das escolas públicas não são efetivos. Uma situação que gerou, entretanto, formas de luta unindo sindicatos e pais dos alunos. Uma petição pela qualidade de ensino já reuniu 60 milhões de assina-

turas.

Na Alemanha – onde há dois grupos de professores não qualificados (um grupo, em matéria própria, outro, em pedagogia) – desenvolvem-se lutas pela qualificação dos professores e, paralelamente, pela qualificação de refugiados que são professores.

Formar cidadãos críticos

Os professores não são apenas técnicos. “Queremos formar cidadãos críticos, tomar partido pela justiça e igualdade, questionar paradigmas que levam à catástrofe social e ambiental” - palavras de um representante dos sindicatos de professores de Espanha. Uma ideia certamente partilhada por muitos professores e suas organizações sindicais. Também Jean Paul Lainé, da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, salientou que ser professor ou investigador exige formação profunda, liberdade, independência. “O ensino não é apenas passar conhecimento. É desenvolver espírito crítico, capacidades de raciocínio”. ■

“Nós, como Paulo Freire, consideramos que educação tem um aspeto de libertação”

Foto: Sofia Vilarigues



A Escola Informação esteve à conversa com Roberto Leão, vice-presidente mundial pela América Latina da Internacional da Educação, ex-presidente da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do Brasil e atual secretário das Relações Internacionais da CNTE, sobre a presente situação no Brasil e perspetivas, a Escola Sem Partido, o Paulo Freire.

Sofia Vilarigues
Jornalista

Como avalia a presente sucessão de lutas, com greves e manifestações, no Brasil?

Nós estamos vivendo um período de grandes mobilizações. Desde 15 de maio, quando houve uma grande mobilização com a greve dos trabalhadores de educação, até ontem [14 de junho], foi um período aí de um mês em que houve muitas manifestações. No dia 30 nós tivemos uma manifestação também dos estudantes, por conta dos cortes que o presidente fascista fez na educação e ontem tivemos a greve geral, que para um país do tamanho do Brasil teve êxito. Nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, todas elas houve manifestações muito grandes e houve uma paralisação bastante expressiva de todos os trabalhadores. Houve uma unidade entre as centrais sindicais todas, para fazerem a mobilização. E uma participação muito grande da educação, na minha opinião é o sector mais mobilizado que tem, o que mais enfrenta, com grandes mobilizações, a política, tanto a económica quanto a política da educação que está sendo colocada.

O que é gostaria de comentar sobre a posição do governo Bolsonaro em relação ao Paulo Freire?

Esse é mais um dos absurdos do Bolsonaro. O Bolsonaro quando ele era candidato dizia que o sonho dele era entrar no Ministério da Educação com um lança-chamas para queimar toda a obra do Paulo Freire. O Paulo Freire é um homem que deu uma contribuição enorme para a educação no mundo. Respeitado no mundo inteiro, hoje todo dia atentam contra a obra dele, dizendo que é uma obra que não produz absolutamente nada, é uma obra puramente ideológica, que não tem uma preocupação que as crianças aprendam, e que a questão única é política. Hoje é bom que fique claro o seguinte, o Bolsonaro pensa, se é que ele pensa alguma coisa, a educação como uma coisa neutra. Então ele diz o seguinte: não tem que ter discussão política, o aluno precisa saber matemática, português, fazer contas, escrever, quer dizer...

Não pensar...

Não pensar. Há no Congresso Nacional um projeto de lei chamado Escola Sem Partido.

Era essa a pergunta a seguir.

Escola Sem Partido é um projeto de lei que tem por objetivo penalizar os professores que fizerem qualquer tipo de discussão mais crítica sobre os mais variados temas da sociedade. Então, não se pode mais fazer uma análise crítica do modelo económico, não se pode fazer uma análise crítica das relações na sociedade, não se pode mais fazer uma análise crítica de como o governo se comporta em relação a um tema ou outro. Isso seria do ponto de vista dele politizar a educação, o que ele chama de uma educação ideológica. Como se o modelo dele não fosse ideológico. O modelo dele é ideológico. Quem pensa a educação como ele pensa também tem uma visão ideológica da educação. A educação que é simplesmente treinamento. Adestramento dos alunos. Ou seja, o aluno sai dali, enfrenta o mundo, sem ter conhecimento de como enfrentar as dificuldades. É uma pessoa adestrada para fazer uma determinada coisa. E nós, como Paulo Freire, consideramos que educação tem um aspeto de libertação. Que inclusive é bom que fique claro, que a libertação é para uma pessoa assumir qualquer caminho no mundo. Não é porque ele tem liberdade de pensar que vai sempre pensar de um jeito. Ele tem liberdade para pensar. E o que nós defendemos é isso. Então ele ataca violentamente o Paulo Freire.

E em termos políticos quais são as perspectivas neste momento para o Brasil?

Em termos políticos é a esquerda buscar se unificar. É um trabalho que não é fácil, porque tem as diferenças que não estão lá por acaso. Eu acho que o caminho é esse. E muita discussão, muito debate. Uma coisa que ele está atacando muito é o movimento sindical. Ele quer estrangular os sindicatos



Foto: Sofia Vilariques

pelo lado económico. E com muita ameaça em cima dos sindicatos. Porque o sindicalismo é um sector que resistiu a ele, que fez campanha contra ele, que não queria ele de presidente. Ele hoje diz que sindicato não pode ser isso também, sindicato não é para ficar fazendo política. Enfim, todas as organizações sociais, todas aquelas organizações que são de resistência, como o MST, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, tudo isto, está tudo sob ameaça. Então eu acho que é uma articulação que seja feita, com os partidos políticos, movimentos sociais é que tem condições de enfrentar. Preparar o projeto para daqui mais dois anos. Agora nós estamos vendo aparecer a verdade sobre o Lula, sobre o presidente Lula. Porque apareceu na imprensa toda a articulação para condenar o Lula. Mas a justiça brasileira, o supremo tribunal é muito pressionado... Então eu acho que para enfrentar esse momento é muita unidade, muita unidade e muita rua, ocupar muito as ruas, muita mobilização, muito movimento, para a gente poder enfrentar, para a gente poder mudar esse jogo e ver como é que a gente coloca o país. ■

Por falta de espaço só na EI de setembro publicaremos a entrevista realizada com David Edwards, Secretário-geral da Internacional da Educação



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL DE 0500252019DCEM PODE ABRIRE-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

CONQUISTAMOS

2

ANOS

9

MESES

18

DIAS

FALTAM

6

ANOS

6

MESES

23

DIAS

VAMOS À LUTA VAMOS GANHAR!